

## Corpo e trabalho na educação emancipatória da sexualidade

AURÉLIO BONA JÚNIOR\*

**Resumo:** O presente texto é um estudo sobre o corpo em perspectiva emancipatória. Apresenta três matrizes teórico-epistemológicas que tem embasado as discussões educacionais sobre a sexualidade – médico-biologicista, pós-estruturalista ou neoliberal e histórico-crítica ou dialética – posicionando-se na última delas. Na primeira parte analisa como as formas de trabalho capitalistas têm desumanizado o ser humano por meio de seu corpo e na segunda aponta formas de se pensar o corpo como subsídio para uma proposta emancipatória de educação da sexualidade. Aproxima-se de Marx por meio da ontologia do ser social de Lukács, de onde retira as principais considerações sobre a importância do trabalho na construção social do ser humano. Conclui que uma educação que se queira voltada à preparação dos indivíduos para a vivência plena da cidadania não pode prescindir de educar os corpos das pessoas para o trabalho, fundamento da construção da subjetividade, e para a sexualidade, fundamento da construção da intersubjetividade.

**Palavras-chave:** educação da sexualidade; corporeidade; emancipação.

### Body and work in the emancipating sexuality education

**Abstract:** This text is a study on the body about sexuality education in an emancipating perspective. It initially brings up three theoretical-epistemological models which have supported educational discussions about sexuality – the medical-biologist, the post-structuralist or neoliberal, and the historical-critical or dialectical – positioning itself at the last one. The text is structured in two parts, the former for the analysis of how capitalist work forms have dehumanized the human being by means of their body. In the latter part the text indicates ways of thinking the body as a subsidy for an emancipating proposal of sexuality education. It approaches Marx's way of thinking through Lukács's ontology of the social being, from where it takes the main considerations about the importance of work in the social construction of the human being. It concludes that an education which aims the preparation of individuals for the full experience of citizenship cannot go without educating people's bodies for work, the basis for building subjectivity, and for sexuality, the basis for building intersubjectivity.

**Key words:** sexuality education; body; emancipation.

---

\* AURÉLIO BONA JÚNIOR é Doutor em Educação; Mestre em Educação; Graduado em Filosofia; Professor Adjunto de Filosofia da Educação na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

O corpo já foi conceituado de várias formas nas históricas tentativas de propor e subsidiar teórico-epistemologicamente a educação da sexualidade no Brasil. O advento das discussões acerca do tema nos anos 1980 se deu predominantemente sob uma matriz determinista que reduziu o corpo a uma mecanicidade médico-biologicista (NUNES 1996), para cuja compreensão bastaria o entendimento do seu funcionamento nos cânones da ciência moderna, em especial, da medicina. Foi uma época em que a preocupação em torno da educação da sexualidade se dava sob a denominação de *educação sexual*, principalmente no sentido de prevenir doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS, além da gravidez indesejada.

A partir da segunda metade dos anos 1990, surgiram grupos de pesquisa em outras matrizes teóricas. O grupo que mais tem influenciado as iniciativas educacionais que abordam a sexualidade desde então produz seus estudos na esteira de Michel Foucault e de outros autores pós-estruturalistas. Destaca-se por denunciar os preconceitos e a violência inerentes à abordagem médico-biologicista predominante na década anterior, e faz dessa discussão uma importante bandeira política de superação dos preconceitos sexistas e das formas de violência deles decorrentes. Contudo, sua abordagem se faz demasiadamente simbólica e discursiva<sup>1</sup>. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) definidos pelo Conselho Nacional de Educação em 1998, embasados predominantemente nessa matriz, trouxeram a terminologia *orientação sexual*, em substituição à *educação*

*sexual* que era a denominação da matriz anterior.

O presente texto resulta de uma pesquisa<sup>2</sup> que se situa em uma terceira matriz teórico-epistemológica, cujos estudos acerca da sexualidade também surgiram na segunda metade dos anos 1990, denominada histórico-crítica ou dialética<sup>3</sup>. Nessa matriz, recusou-se a denominação *orientação sexual*, mas não houve uma discussão em torno da terminologia adequada a ela, prevalecendo o termo *educação sexual*. A tese que deu origem a este texto apresenta uma discussão em defesa de que a terminologia adequada a esta matriz seria *Educação da sexualidade*. Recusa-se *Educação sexual* por que o termo “sexual” aparece adjetivando o termo “educação”, como se, dentre tantas formas de educação, se pode **optar** por uma que seja “sexual”, e recusa-se *Orientação sexual* pelo entendimento de que o sexo ou a sexualidade não devem ser orientados por uma ação educacional. Entendendo a sexualidade como uma dimensão inalienável do ser humano – ele não pode optar em tê-la ou não – cabe à educação torná-la consciente, livre e emancipada. Por isso, neste texto será utilizado o termo *Educação da sexualidade* ou, com mais propriedade ainda, *Educação emancipatória da sexualidade*.

Na matriz histórico-crítica ou dialética, propõe-se uma concepção educacional

<sup>1</sup> Para uma discussão mais consistente sobre estas matrizes, conferir BONA JÚNIOR, 2013.

<sup>2</sup> O presente texto constitui parte adaptada da tese *O corpo na educação emancipatória da sexualidade: uma análise das iniciativas do Governo do Paraná (2008-2009)*, defendida por este autor em outubro de 2013 na Faculdade de Educação da UNICAMP. Nesta tese foi proposta uma concepção ontológica do corpo como subsídio à *educação emancipatória da sexualidade*.

<sup>3</sup> Sobre a Pedagogia Histórico-crítica ou Dialética, ver Saviani (2012).

que não desconsidera totalmente as matrizes anteriores, mas denuncia seus limites, ao mesmo tempo em que propõe suas releituras por meio de uma compreensão materialista e histórica, tendo sempre como horizonte a superação das ideologias alienantes e dos preconceitos, bem como a proposição da transformação da educação, no sentido de emancipar o ser humano.

Sendo a sexualidade uma dimensão central no estabelecimento da qualidade das relações sociais, sua educação se faz de extrema importância na formação ética, estética e política das pessoas, uma vez que tal formação deve se dar no caminho inverso do isolamento típico das pressões pós-modernas sobre os indivíduos. Educar a sexualidade significa preparar os indivíduos para se conhecer e se relacionar, condição básica de uma educação plena.

Atualmente, menos silenciada devido ao afrouxamento das imposições morais tradicionais, a sexualidade encontra maior espaço de manifestação, ao mesmo tempo em que se mostra carente de significações emancipatórias. Um grande mercado consumista se formou a partir dessa carência, e o corpo se tornou alvo e um dos produtos desse mercado. O corpo está exageradamente exposto na mídia como meio para ser feliz, sob o discurso de que tal conquista deve atender aos padrões de beleza propostos pelo consumismo capitalista.

É na corporeidade que a sexualidade se manifesta de forma mais intensa por gestos, relações e comportamentos. Segundo Nunes (2005, p.117), “o lugar do homem é a corporeidade; a dimensão antropológica primeira é o corpo. É o corpo o lugar híbrido da natureza e da cultura”.

Este texto tem o objetivo de propor uma concepção de corpo em perspectiva emancipatória característica da matriz histórico-crítica ou dialética, bem como apresentar uma discussão ontológica que subsidie proposições didático-metodológicas a quem se lançar no desafio de educar a sexualidade nesse sentido. Está estruturado em duas partes: a primeira analisa como as formas de trabalho – determinantes na constituição da subjetividade humana – têm atuado no sentido inverso da humanização, e têm, no e pelo corpo do trabalhador, produzido um fenômeno que será denominado de “dessubjetivação do humano”. Suas consequências impactam sobremaneira as formas como as pessoas se relacionam com seu corpo, e sobre como fazem dele seu principal instrumento de trabalho no seio do capitalismo.

A segunda parte do texto aponta formas de se pensar o corpo como subsídio para uma proposta emancipatória de educação da sexualidade de forma a superar a alienação capitalista e resgatar possibilidades de formar indivíduos com melhor constituição ética, estética e política.

### **Corpo e trabalho na constituição do ser humano**

Os estudos histórico-críticos ou dialéticos remontam ao pensamento de Karl Marx (1818-1883) ou àqueles que tiveram seu pensamento influenciado por este filósofo. São numerosos os estudos marxistas sobre as formas de alienação provocadas pelo capitalismo, principalmente no tocante ao trabalho. Contudo, há uma grande lacuna no que se refere a compreender o corpo nesse processo. O corpo como objeto de estudo tem sido quase exclusividade dos

estudos pós-modernos que não o consideram sob a temática do trabalho, mas predominantemente sob as regras do mercado consumidor e das possibilidades descontextualizadas e pontuais de prazer.

Conceituar o corpo no âmbito dos estudos histórico-críticos ou dialéticos demanda recuperar elementos que, na tradição marxista, permitam conceituar o indivíduo humano como “ser” que, pelo trabalho desenvolvido na e pela corporeidade, transforma o mundo e constrói a si mesmo em sua subjetividade. Isso se configura em um estudo ontológico. O que mais pode aproximar o pensamento de Marx à problemática do corpo é, além do fato deste ser condição material do humano, com mais propriedade ainda, o fato de ser a corporeidade o lugar de realização pessoal e social do humano pelo trabalho.

Gyorgy Lukács (1885-1971) é um grande expoente do pensamento ontológico de Marx. Seu interesse é, sem perder a dimensão da totalidade e da coletividade, compreender o pensamento marxista no que se refere à construção social da subjetividade, da consciência que individualiza os sujeitos na sua constituição dialética<sup>4</sup>.

Segundo Lukács (1997), o trabalho opera, no humano, a passagem do ser natural para o ser social; do físico/biológico para o subjetivo. É por ele que o homem se afasta das determinações naturais (orgânicas) e se constrói como Ser Social. “O homem se fez homem diferenciando-se do animal através do seu próprio trabalho” (p.84).

<sup>4</sup> Lessa (2007) demonstra que, no pensamento de Lukács, o trabalho efetua construção do indivíduo numa mediação entre a individuação e a sociabilidade, criando até mesmo as possibilidades das formas superiores de consciência.

Ao realizar um ato consciente de trabalho, o ser humano pensa previamente os resultados que pretende alcançar, estabelecendo, assim, uma finalidade prévia, chamada por Lukács de “pôr teleológico”. Isso gera uma reflexão avaliativa ao final do processo, cujo resultado implicará o aprimoramento das ações futuras. As reflexões, as novas práticas e as transformações provocadas por esses atos corporais vão fazendo, ao mesmo tempo, desenvolver a consciência humana, assim como recuar as barreiras naturais que, de forma racional, vão sendo dialeticamente superadas.

Esse processo, para Lukács, configura-se como um salto ontológico pelo qual o ser humano passa de uma dimensão biológica ou orgânica para a dimensão social. Isso se dá muito mais em função da reflexão que o trabalho proporciona em relação ao pôr teleológico, do que às transformações materiais produzidas pelo ato do trabalho em si. A reflexão surgida da comparação entre os resultados e os objetivos iniciais do trabalho humaniza e transforma o homem em ser social muito mais do que a materialidade da qual emergiu. Portanto, é o humano um ser que pode se emancipar por seus atos de trabalho, numa práxis consciente e transformadora.

O corpo é a mais plena expressão natural do ser humano. Agindo na natureza, ele modifica materialmente o mundo humano, tanto o natural quanto o social, tanto o objetivo quanto o subjetivo. Reconhecer-se historicamente nesse processo é tarefa fundamental à emancipação dos indivíduos. Por isso, para Lukács (1979), a emancipação só pode partir da compreensão do ser social e das ações humanas realizadas no decurso da história da humanidade, no universo de sua materialidade, por

meio do método dialético que integra consciência e corpo.

Para Marx,

[...] o processo de trabalho é puramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções que mais tarde se dissociam. Ao apropriar-se individualmente de objetos naturais para prover sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde, ficará sob controle de outrem. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza, sem pôr em ação seus músculos sob o controle do seu cérebro. Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. (MARX, 1994, p. 584)

O trabalho aparece em Marx como um elemento essencial do humano, que pode ser tanto o seu meio de humanização como de desumanização. No primeiro caso o trabalho é entendido como atividade corporal que transforma o homem espiritualmente, no sentido de construir objetiva e subjetivamente sua individualidade, integrando corpo e consciência, e, no segundo, trata-se da apropriação capitalista do corpo e do trabalho que são alienados/expropriados do trabalhador, retirando-lhe toda a possibilidade de se constituir como humano, ao mesmo tempo em que são utilizados como fator e objeto de consumo.

Nas formas capitalistas de trabalho, a construção da subjetividade humana não se dá de maneira plena e emancipada porque a finalidade do ato é dissociada da intencionalidade prévia (pôr teleológico), ou seja, o resultado/produto do trabalho não é previamente planejado pelo trabalhador, e tampouco será de sua posse, já que as finalidades e os resultados são de posse

de quem detém os meios de produção e as condições financeiras para comprar a mão de obra do trabalhador. O trabalho acaba por se tornar – assim como o corpo que o realiza – um bem de troca, uma mercadoria. Nesse sistema econômico, o corpo foi e é ainda utilizado em atividades que atuam no sentido inverso da construção da subjetividade emancipada, transformando-se em fator de alienação. As ações corporais de trabalho têm sido cada vez mais conduzidas ao que chamaremos de “dessubjetivação<sup>5</sup> do humano”.

O fenômeno da alienação<sup>6</sup> do trabalho é o principal fator da *dessubjetivação*, ou seja, do esvaziamento das possibilidades do ser humano se tornar sujeito de si e do mundo, pelo trabalho.

Os impactos da apropriação capitalista do trabalho trazem consequências funestas a todas as formas do homem se relacionar consigo mesmo e com os outros. O corpo lhe é estranho, o outro lhe é estranho, então a sexualidade é tratada como dimensão igualmente alheia – vendável e comprável – e não como dimensão fundamental na própria construção do sujeito.

A divisão moderna do trabalho, por retirar do trabalhador a capacidade de idealizar previamente sua ação – tornando-o um repetidor de atividades mecânicas e sem sentido no processo de

<sup>5</sup> Não se compreende “dessubjetivação” como destruição do sujeito. Compreendendo que o sujeito não existe aprioristicamente, o que ocorre no capitalismo é a destruição das condições históricas e singulares de sua constituição plena e emancipada.

<sup>6</sup>Mészáros (2006, p.14), partindo do estudo dos **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, resume a teoria da alienação em Marx segundo quatro aspectos: 1) a alienação dos seres humanos em relação à natureza; 2) à sua própria atividade produtiva; 3) à sua espécie, como espécie humana; e 4) de uns em relação aos outros.

realização pessoal – conduz a personalidade humana aos modelos mais simples e menos sociais de relação com o mundo, criando um desenvolvimento meramente ligado à sua particularidade imediata, para não dizer à sua animalidade. Há um retrocesso no seu desenvolvimento como ser genérico, visto que a intencionalidade prévia de sua ação se reduz à solução imediata de questões de ordem simples e cotidianas.

As condições insalubres, a repetição de movimentos que fazem atrofiar membros, as longas jornadas de trabalho, são algumas das restrições impostas pelo capitalismo ao desenvolvimento saudável do corpo do trabalhador, submetido às mais variadas formas de exploração para que se obtenha por meio dele o maior lucro possível.

Quando o trabalho é alienado, a tendência do ser humano é permanecer ou retornar à mera singularidade, perdendo o potencial transformador de sua ação que, nesse caso, é dissociada da reflexão. As capacidades corporais ficam praticamente impedidas de se desenvolverem, limitadas pela exploração que aliena até mesmo o corpo, e o agir se dá quase sempre em condições mínimas de realização pessoal em prol do máximo de acumulação.

Um corpo que é obrigado à repetição exaustiva de exercícios, nas mais variadas formas de trabalho, tem suas capacidades bastante reduzidas. Seja em atividades de intensa força física, seja curvado em uma cadeira de escritório ou mesmo em posturas necessárias a estudos prolongados, cujo objetivo seja uma boa colocação no mercado. Ao corpo são impostas inúmeras restrições que o reduzem a objeto nessa intensa busca pelo sucesso profissional que se

reduz, no capitalismo, ao acúmulo de riquezas. O mesmo vale para um corpo que, fora do mercado de trabalho ou das formas de acesso a ele, tem suas atividades reduzidas à dependência material deste mercado, excluído tanto das possibilidades de participar dele quanto de se rebelar contra ele, bombardeado pelos mais diversos meios de formação de opinião, igualmente alienantes e alienadas. O ser humano pode não produzir mercadoria, mas certamente consumirá ou será consumido como tal. Seu corpo e a sexualidade a ele inerente figuram como produtos altamente atrativos nesse mercado, comprometendo significativamente a qualidade das relações e da constituição da personalidade das pessoas.

A transformação capitalista do trabalho e, por extensão, do corpo em mercadoria, não só impõe resistências à emancipação dos indivíduos, como acaba por transformá-los também em mercadoria e em bens de consumo.

No século XXI, o capitalismo passou por intensas transformações para subsistir às crises das últimas décadas do século anterior. O crescimento do proletariado, as grandes greves que irromperam em todo o ocidente, e o desenvolvimento da microeletrônica demandaram uma nova configuração do sistema e, por consequência, das formas de trabalho. Foram as lutas de classes travadas no seio do capital nos anos 1970-80 que, no mundo todo, acabaram por impulsionar uma reconfiguração do capital, como síntese da crise instaurada naquele momento.

O capitalismo globalizou-se ao mesmo tempo em que instaurou um novo padrão de acumulação. É a chamada pós-modernidade, em que a acumulação de capital torna-se mais intensa e menos estática. Harvey (1992) chama essa

forma de acumulação de *acumulação flexível*. Não precisa de um lugar físico, pois dissolve as fronteiras dos países e também não se dá em espécie, mas de forma mais especulativa e virtual.

Essa nova configuração é o que Chesnais (1996) denomina de *mundialização do capital*, em que há um processo de *financeirização* que incrementou a velocidade e a intensidade de sua investida contra a constituição da subjetividade humana. Seu poder de desumanização tornou-se mais eficiente à medida que passou do nível de atuação material para o simbólico.

Os impactos nocivos ao corpo do trabalhador passaram a ser ainda maiores. Na forma anterior de capitalismo, enquanto o corpo era submetido a jornadas exaustivas de trabalho, a mente poderia se ocupar da tomada de consciência da exploração, o que possibilitava a organização da massa dos trabalhadores em movimentos como as grandes greves e outros que provocaram uma crise nesse modelo econômico. Atualmente, o corpo está integralmente envolvido no processo de *dessubjetivação* humana, física e intelectualmente.

O trabalho passou por uma significativa reconfiguração: tornou-se menos específico ou especializado. As novas máquinas computadorizadas garantem a especialização. Coube ao trabalhador, a partir de então, gerenciá-las de forma inteligente.

Taiichi Ohno (1912-1990), criador do sistema *toyota* de produção, assevera que o trabalhador deve ser envolvido a tal ponto que tenha que “lembrar com o corpo” ou fazer instintivamente”. “Desse modo, o espírito do toyotismo implica não apenas a mobilização total da mente [...] mas a mobilização total

do corpo e da mente. Não apenas conhecer e fazer, mas conhecer e fazer ‘instintivamente’” (ALVES, 2011, p.46).

Paralelamente ao processo de engajamento do profissional em níveis físicos e mentais, o novo sistema produtivo do capitalismo no século XXI produz o que Alves (2011) chama de “desespecialização”. Trata-se de um processo pelo qual o trabalhador não mais se dedica a uma atividade, mas precisa desenvolver a capacidade de agir em tempo integral atendendo às diversas demandas do sistema produtivo, colaborando na prevenção e na solução de problemas esparsos. Com essa postura, o operário se engaja nas decisões da empresa/indústria e passa a sentir-se parte dela, embora não domine o todo nem mesmo tenha acesso justo aos seus lucros. Isso diminui seu poder de negociação referente à sua classe, pois cria a ilusão de que participa da classe dominante, camuflando as desigualdades e a oposição entre dominantes e dominados. O crescimento do terceiro setor contribui com esse movimento, pois faz o prestador de serviços sentir-se proprietário. Com isso, ele tende a aumentar a jornada de trabalho ao mesmo tempo em que não dispõe das garantias trabalhistas previstas aos operários. As formas de trabalho atuais não exigem do corpo a força física que exigiam anteriormente. Isso não significa superação do estranhamento ou da alienação do corpo. Ao contrário, ele fica praticamente inerte enquanto o ser humano mergulha mental ou espiritualmente nas demandas do capital. O corpo que antes era levado à exaustão física e só tinha valor enquanto mão de obra, tende agora a ser valorizado como objeto de relações sociais alienadas.

Os operários ou empregados não são mais separados pela sua especialização e postos em competição entre si. Agora são organizados como colaboradores que executam trabalhos em equipe e atuam em diversas frentes. Seus corpos, neste momento, são-lhes mais estranhos ainda, pois foram integralmente cooptados para o sistema econômico. Isso promove o mais intenso processo de “dessubjetivação” humana; o “corpo-consciência” está cada vez menos em condições de tomar consciência dos processos alienantes e exploratórios a que é submetido.

O corpo não é mais o lugar do sujeito; é o lugar do sistema agindo nele. Ao esvaziamento do poder material de ação (físico) do trabalhador, correspondeu a instauração de novas formas de trabalho mais dominadoras; a dominação que se iniciou pelo “corpo-físico” migrou para o “corpo-mente”, intensificando a alienação por meio de formas ideológicas mais intensas e dessubjetivadoras.

A recuperação do indivíduo como ser que constrói a si mesmo e se dignifica, pelo trabalho, coloca-se como tarefa mais difícil ainda, e ao mesmo tempo mais necessária enquanto projeto educacional.

### **O corpo na educação emancipatória da sexualidade**

A sociedade neoliberal, fundada na competitividade, promove a concorrência e a acumulação, o que cria enormes barreiras ao desenvolvimento humano no âmbito das relações interpessoais e da afetividade. O corpo sequer é visto como um elemento fundamental nestas relações, e figura como objeto de exploração, dominação e consumo. O “corpo objeto” tornou-se uma mercadoria à qual se agrega valor

de venda, por meio de produtos de beleza, exercícios de modelagem ou cirurgias “estéticas”.

Nunes (1996, p.49), demonstrando a apropriação da sexualidade pelos mecanismos consumistas do capitalismo, denuncia que:

[...] os homens vivem cada vez mais alienados de si e de sua possibilidade de plenitude. A alienação da consciência, no campo político, corresponde também à alienação do desejo, impulsionada por um mercantilismo eficiente, por uma indústria da cobiça e da ansiedade de consumir, consubstanciada na mídia e em todos os esforços de promover as bem-aventuranças do capital e do prazer de ter. A sexualidade funciona precisamente como um motor de impulsão deste desejo compulsivo e alienado.

Vive-se o que Codo e Senne (2004) denominam de “corpolaria”. Uma idolatria do corpo com contornos que chegam a apresentar características religiosas, em que há:

(...) milagres a oferecer: o sexo liberta-se dos preconceitos [...] a cura de qualquer doença depende apenas da hortaliça certa para o sintoma certo, ou nem isso, do toque correto no ponto correto do dedão do pé esquerdo [...]. [há também] sacrifício: suar horas seguidas diante do espelho, estirar os músculos sem gemer de dor, emplastar os cabelos com vaselina colorida e continuar sorrindo, mastigar cem vezes um arroz duro e insosso, jejuar... (p.12-13).

Um indivíduo emancipado deve perceber-se como ser histórico, cuja essência é social e se constrói pelo trabalho. Em outras palavras, compreender-se como ser que não está dividido em corpo e alma, mas que possui um corpo que, nos limites de sua

materialidade, trabalha e transforma o mundo ao mesmo tempo em que constrói a subjetividade necessária à sua participação no nível ontológico mais elevado, o nível do ser social.

A cultura que se está construindo ou reproduzindo atualmente pela educação brasileira tal como está organizada prescinde do corpo, e por isso mesmo, é dissociada das possibilidades de formação cidadã. São tímidas as iniciativas de recuperar o conhecimento histórico das culturas que deram origem ao povo brasileiro, principalmente a africana. Tais culturas são sólidas porque muito ligadas ao desenvolvimento integral da corporeidade, por meio de danças, gestos e vestimentas que não significam meros momentos de lazer ou aparência, mas se associam intimamente com sua visão de mundo, sua espiritualidade e suas práticas sociais. Conhecer-las, vivenciá-las corporalmente e produzir uma síntese dialética que aponte, solidifique e dê continuidade à formação cultural que se quer é fundamental para a educação brasileira. Isso reduzirá o nível de alienação, pois possibilitará uma tomada de consciência histórica, capaz de eliminar preconceitos de raça e promover relações sociais saudáveis.

O corpo precisa ser educado e, ao mesmo tempo, constituir-se uma ferramenta do ser que se educa. Diante desse quadro pode-se perceber a importância de pensar a educação da sexualidade embasada em uma sólida compreensão da corporeidade. O desafio de uma educação emancipatória é possibilitar aos indivíduos a consciência de sua situação na sociedade alienada, dando-lhe subsídios de transformação, de compreensão e superação da alienação.

Se as práticas educacionais conseguirem chegar ao corpo dos alunos reconhecendo sua história, sua materialidade e sua fundamental importância na construção da subjetividade, mediada por relações sociais e afetivas saudáveis, contribuirão significativamente com uma educação da sexualidade no rumo da emancipação, de uma sociedade justa, de iguais.

Não se trata de uma educação meramente informativa acerca do funcionamento dos aparelhos reprodutores ou da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, tampouco de uma mera orientação no sentido de superar os preconceitos sexistas ou estimular a tolerância entre as várias formas de manifestação sexual.

É uma educação que deve problematizar, desde a mais tenra idade, a influência do consumismo sobre os corpos das crianças. Uma educação que crie identidades éticas, culturais e estéticas que superem os preconceitos decorrentes das formas físicas das pessoas, que potencialize ao máximo a participação corporal na construção de subjetividades, que esteja além dos rótulos criados pela mídia, que transcenda as amarras cientificistas predominantes nas escolas e que possibilite a necessária tomada de consciência acerca da exploração exercida sobre e nos corpos das pessoas.

O corpo deve ser compreendido e proposto, nas palavras de Marcuse (1999, p.16) como instrumento de prazer, e não de labuta. Trabalhar, em termos marxistas, é construir a subjetividade humana por meio de uma práxis consciente de transformação do mundo em favor de si mesmo e da coletividade. Assim sendo, em todos os atos de trabalho, o ser humano pode se

educar, da mesma forma que a educação formal – escolar – pode ser um ato de trabalho no sentido mais concreto do termo.

O corpo deve ser um instrumento que, mesmo submetido a atividades cansativas – como o estudo muitas vezes o é – pode estar em constantes atos de prazer: prazer pelo simples fato de possibilitar ao ser humano reconhecer-se como sujeito de seus atos, como projeto de liberdade e felicidade. Para Nunes, “será a sexualidade prazerosa a medida da plenitude dos corpos livres” (1996, p.260).

Ser sexualmente livre significa poder usufruir do corpo de forma responsável, sem precisar adequá-lo aos rótulos e imperativos consumistas, mas buscando o prazer nas coisas mais simples que não necessariamente a relação sexual.

Compreender a dimensão do corpo e educar integralmente os indivíduos para relações sociais saudáveis significa instaurar uma nova forma de vida social. Não cumpre negar ou combater as formas atuais. Cumpre conhecê-las historicamente para poder combater suas formas de alienação, recuperar formas históricas que valorizam o corpo como elemento de formação de cultura e organizar uma nova forma, para além desta que domina e aliena ou, nas palavras do próprio Mészáros, *para além do capital*.

É momento de minimizar as explicações científicas sobre o corpo e passar a entendê-lo como condição de construção da subjetividade humana. Por isso,

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para *automundaça consciente* dos indivíduos chamados a concretizar

a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. [...] A esse respeito, dois conceitos principais devem ser postos em primeiro plano: *a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana autorrealizadora*. (MÉSZARÓS, 2008, p.65).

Mészáros entende que a educação só poderá ser fator de transformação se quebrar radicalmente a lógica do capitalismo que está impregnada na própria organização escolar.

Educar para a cidadania, efetivamente, significa, além de superar a alienação, promover a vida social por meio de relações afetivas saudáveis. Por sua vez, tais relações demandam uma educação emancipatória da sexualidade. Essa educação carece da compreensão e da inserção do corpo como instrumento de uma práxis que constrói a própria subjetividade humana nas e pelas relações conscientes de trabalho. Ou seja, a educação precisa se dar de forma integral, vinculada à perspectiva do trabalho e do conhecimento histórico das formações culturais que transformaram o mundo e ainda estão em curso nos atos conscientes dos sujeitos.

### Considerações finais

Frei Betto (2008) afirmou que se pode avaliar a política de uma nação pela maneira como lida com a concretude dos corpos das pessoas. Disse que um país como o Brasil, que condena alguns corpos ao desemprego e à miséria em nome da estabilidade da moeda, está “longe do portal da civilização” (p.3).

À educação cabe um papel primordial numa sociedade que queira fazer-se civilizada. A qualidade das relações interpessoais é o “termômetro” dessa

sociedade. Uma sociedade onde o lucro e o consumo sejam o parâmetro das decisões políticas e sociais certamente oporá resistência ao alcance da vivência cidadã plena. Uma educação, como a brasileira, que – mesmo tendo na lei expresso o objetivo de dotar os indivíduos da capacidade de exercer a cidadania – pouco se preocupa com a afetividade, a sexualidade e a corporeidade, dificilmente cumprirá esse papel, exceto que reveja completamente suas prioridades, seus conteúdos e seus objetivos específicos.

Falta à educação brasileira a consciência de que as pessoas concretas são seus corpos. Uma educação que se queira voltada à preparação dos indivíduos para a vivência plena da cidadania não pode prescindir de educar os corpos das pessoas para o trabalho, fundamento da construção da subjetividade, e para a sexualidade, fundamento da construção da intersubjetividade.

A educação da sexualidade não deve se prestar a definir o que é sexualmente “certo” ou “errado”, mas propiciar aos alunos a oportunidade de se conhecerem como seres dotados de sexualidade, questionando as representações sociais assumidas e desmistificando as ideologias.

Muito já foi caminhado no sentido de superar aquela educação sexual que se limitava ao tratamento médico-biológico – que a reduz ao entendimento mecânico dos “aparelhos reprodutivos” –, mas ainda não se chegou a um nível de discussão e proposição que supere a tendência de abordá-la de forma negativa, como se sua função fosse sempre impedir algo, da proliferação de doenças sexualmente transmissíveis à disseminação de práticas de violência decorrentes dos preconceitos sexistas.

Faz-se necessária uma educação da sexualidade afirmativa, propositiva, construtora de identidades; que reconheça o corpo como seu lugar de manifestação e instrumento de construção da subjetividade humana; que potencialize e valorize formas concretas de relacionamentos afetivos, em tempos de crescente virtualização das relações entre as pessoas.

Não se pode reduzir a Educação da sexualidade à prevenção de doenças ou gravidez precoce. Também não se pode fazer dela uma ferramenta em prol da construção de discursos moralizantes, nem mesmo um instrumento para obrigar os educandos a confessarem e/ou classificarem suas intimidades. Emancipar os indivíduos pela sexualidade não significa orientar ou definir sua vivência sexual, mas sim tornar as escolhas pessoais conscientes.

Liberar o corpo não significa simplesmente libertá-lo da exaustão física dos atos de trabalho. Liberar significa libertar das amarras ideológicas do consumismo. A educação emancipatória da sexualidade busca uma corporeidade, uma subjetividade e uma sexualidade humanizadas, conscientes de si e capazes de fazer-se sentir no mundo real, que deve ser feito pelos e para os seres humanos livres.

#### Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade:** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

BONA JÚNIOR, Aurélio. **O corpo na educação emancipatória da sexualidade:** uma análise das iniciativas educacionais do Estado do Paraná (2008-2009). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2013.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: MEC/SEF, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CODO, Wanderley; SENNE, Wilson A. **O que é corpo(latria)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DORAY, Bernard. Da produção à subjetividade: referências para uma dialética das formas. In SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard (Orgs). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

FREI BETTO. **Políticas do corpo**. Periódicos UFSC. Disponível em [www.journal.ufsc.br](http://www.journal.ufsc.br). Acesso em 25 ago. 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

LUKÁCS, Gyorg. **Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. Ensaio sobre literatura. In FREDERICO, Celso. **Lukács: um clássico do século XX**. São Paulo: Moderna, 1997.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**, v. 1, livro 1. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NUNES, César. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar**. (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Desvendando a sexualidade**. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

Recebido em 2014-01-24  
Publicado em 2014-03-16